



FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL – FIB 2020

RELATÓRIO - WORKSHOP

“Como construir uma cultura de proteção de dados pessoais a partir do núcleo família-escola?”

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O WORKSHOP

- **Título:** Como construir uma cultura de proteção de dados pessoais a partir do núcleo família-escola?

- **Formato:** Mesa redonda

- **Data:** 21/09/2020

- **Proponente:**

- Nome: Paloma Mendes Saldanha

Organização: Placamãe.org_

Setor: Terceiro Setor

Minibiografia: Mestre e Doutoranda em Direito pela UNICAP; Especialista em Direito e tecnologia pela UCAM/RJ; Especialista em jurisdição constitucional e tutela jurisdicional de direitos fundamentais pela UNIPI/Itália; Alumna IVLP/2018 (Legislação e regulação na era digital); CEO da PlacaMãe.Org_; Presidente da Comissão de Direito e Tecnologia da Informação da OAB/PE; Professora; Advogada.

- **Co proponente:** sem indicação

- **Membros da mesa:**

Setor Privado

- Nome: Glauco Aguiar

Organização: Manaós Tech.

Minibiografia: CEO da Manaós Tech; CEo (Chief Education Officer) do Makers Manaus Embaixador pelo Atomic Lab; Membro do Global Shapers Manaus pelo fórum econômico Mundial

Terceiro Setor

- Nome: Laura Tresca

Organização: Artigo 19

Minibiografia: Coordenadora de Direitos Digitais da Artigo19. Mestra em comunicação social.

Setor Acadêmico (Comunidade Científica)

- Nome: Marina Feferbaum

Organização: Faculdade Getúlio Vargas

Minibiografia: Coordenadora do Centro de Ensino, Pesquisa em Inovação (CEPI) e da área de metodologia de ensino da FGV Direito SP, onde também é professora dos programas de graduação e pós graduação. Doutorado em Direitos Humanos pela PUC-SP.



Setor Governamental

- Nome: Roberta Fernanda César Correia de Albuquerque Santana
Organização: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Minibiografia: Gerente de monitoramento da Rede Escolar de Pernambuco. Mestre em gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste. Professora de Biologia. Especialista em Zoologia e Gestão Escolar.

- Moderadora

- Nome: Paloma Mendes Saldanha
Setor: Terceiro Setor
Minibiografia: Mestre e Doutoranda em Direito pela UNICAP; Especialista em Direito e tecnologia pela UCAM/RJ; Especialista em jurisdição constitucional e tutela jurisdicional de direitos fundamentais pela UNIPI/Itália; Alumna IVLP/2018 (Legislação e regulação na era digital); CEO da PlacaMãe.Org_; Presidente da Comissão de Direito e Tecnologia da Informação da OAB/PE; Professora; Advogada.

- Relatora

- Nome: Aline Taraziuk Nicodemos
Setor: Terceiro Setor
Minibiografia: Mestre em Direito pela UNICAP; Professora; Advogada; Especialista em Jurisdição constitucional e tutela jurisdicional dos direitos fundamentais pela UNIPI/Itália; Diretora de Operações da PlacaMãe.Org_.

2. ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP

Diante das transformações aceleradas a partir do desenvolvimento da tecnologia digital e seu consequente uso desregrado por ausência de programas ou políticas públicas que abranjam a educação digital como ponto necessário numa sociedade cibercultural, o painel “Como construir uma cultura de proteção de dados pessoais a partir do núcleo família-escola?” teve como objetivo criar uma metodologia para a construção de uma cultura de proteção de dados pessoais levando em consideração o núcleo família-escola brasileira.

A criação de uma cultura de proteção de dados representa o caminho ideal para o uso saudável da internet e, conseqüentemente, a maturação da sociedade quanto ao conhecimento das possibilidades advindas desse meio. Assim, não temos como falar em governança da internet sem falar em uma construção de uma cultura de proteção de dados. Logo, para o alcance do objetivo geral proposto foi necessário apresentar o contexto de violação de direitos fundamentais; falar sobre as regulamentações existentes em âmbito nacional e internacional no que tange a proteção dos dados pessoais desse mesmo grupo; identificar os principais motivos de ausência de segurança da informação de acordo com o contexto de cada participante; e, compreender as relações entre pais, crianças e escola para que seja apresentada uma proposta com novas formas de relações que favoreçam a segurança na internet.



Como resultados esperados, o Workshop apresentou a seguinte proposta:

- a) A aceitação ou confirmação da metodologia sobre proteção de dados pessoais utilizada pelo PlacaMãe.Org_;
- b) A construção de uma nova metodologia adequada às realidades sociais, sejam presenciais ou remotas;
- c) A aproximação dos multiplicadores e aplicadores das metodologias trabalhadas para continuar o processo da criação da cultura de proteção de dados.

Em sendo assim, o workshop foi estruturado em formato de mesa redonda norteadas por perguntas pré-formuladas pela equipe organizadora do workshop (PlacaMãe.Org_) e abertas aos membros da mesa que ficaram livres para respondê-las a partir de dois posicionamentos: atuação profissional em consonância com o tema e a atuação pessoal enquanto pai, mãe ou responsável por uma criança que utiliza artefatos tecnológicos para acesso à rede mundial de computadores. Os membros tiveram, cada um, 2 minutos iniciais para a apresentação de suas qualificações. As perguntas, três no total, tiveram 15 minutos cada uma para serem respondidas em conjunto.

Após o debate realizado a partir das perguntas pré-formuladas, abriu-se também a oportunidade para respostas às perguntas realizadas pelo público. Chegaram 10 (dez) perguntas do público que foram compiladas em 2 (duas) perguntas e levadas para os convidados para que pudessem trazer seus posicionamentos. O fechamento do debate se deu com uma definição parcial, pela Moderadora, das considerações trazidas à mesa. Após este momento cada membro teve o tempo de 2 (dois) minutos para última fala que foi sequenciada pelo fechamento da mesa pela Moderadora.

O debate se mostrou de extrema relevância para atingir os objetivos propostos, bem como se aproximou bastante dos resultados esperados mostrando uma receptividade, para além das fronteiras do Nordeste (mas não como única possibilidade), quanto a aplicação da metodologia utilizada pela PlacaMãe.Org_ que visa construir uma cultura de proteção de dados pessoais a partir de atividades e projetos que envolvam crianças, adolescentes, pais, responsáveis e escola. Atores multiplicadores que envolvem a sua comunidade em prol de uma cultura de proteção de dados pessoais. Verificou-se que a metodologia é de fato um motor propulsor de transformação nesse sentido, e que é necessário traçar um plano de onde estamos e para onde queremos ir. Mas o primeiro passo é o engajamento de múltiplos atores sociais, com ênfase no protagonismo juvenil, para desbanalizar os dados pessoais. E quanto à criação de uma nova metodologia, ficou clara a necessidade de se levar em consideração as diferenças evidentes nas variadas classes sociais que podem fomentar metodologias diversas de trabalho de acordo com cada necessidade para atingir o mesmo fim sobre educação digital. A metodologia da PlacaMãe.Org_, aprimorada a partir dessa conversa, seria uma “receita” tradicional que deve ser modificada a partir de cada necessidade ou peculiaridade existente no contexto de aplicação.



3. SÍNTESE DOS DEBATES

A) Considerações iniciais da Moderadora:

Após a abertura do evento com apresentação do vídeo Institucional, houve a fala de Alice Lana, estando presentes todos os convidados da mesa e tradutor de Libras e Paloma Saldanha, presidente da Mesa que faz os agradecimentos a CGI.br e traz sua fala com questionamentos reflexivos para dar início ao debate.

Conteúdo:

Paloma Saldanha: O que temos hoje de contexto? O acesso à internet como direito fundamental, Lei Geral de Proteção de Dados em vigor, crimes cibernéticos, vazamento de dados, manipulação de informação, inteligência artificial auxiliando à pessoa com deficiência física a terem “de volta” determinados movimentos, sentidos e partes do corpo. Ensino remoto, Escolas tentando adequar a tecnologia e a metodologia, professores tentando realizar milhões de capacitações para tentar atender a demanda desse contexto, pais, mães, tios, tias, avôs, avós, completamente desconfiados com o novo método de aprendizagem, mas completamente imersos em seus trabalhos e vidas pessoais totalmente virtualizados. Estamos saindo de uma sociedade da informação e entrando em uma sociedade da desinformação, crianças e adolescentes cada vez mais conectados e alheios as conexões físicas pelo fato de estarem crescendo dentro de um sistema completamente modelado para que eles sejam escravos de uma cultura e capitalismo, de vigilância e aparentemente com regras e conceitos bem distintos sobre o que significa segurança, proteção e vivências. Pela pesquisa TIC Domicílios realizada em 2018 pelo CETIC.br, 71% da população brasileira possui acesso à internet. Já na pesquisa TIC Kids online, também do CETIC.br, temos que 93% das crianças de 9 a 17 anos possuem um celular, sendo 58% delas utilizando exclusivamente o aparelho como forma de acesso à internet; E o interessante é que esse percentual cai bastante quando o assunto é acesso via escola que fica em 32%.

Consenso ou Dissenso: Não se aplica.

Pontos a aprofundar: Não se aplica.

B) Pergunta pré-formulada 01:

Pergunta: Quais seriam os primeiros e principais pontos a serem pensados quando se fala numa construção de uma metodologia para criar uma cultura de proteção de dados pessoais tendo por base a escola e a família? (Com o que a gente precisa se preocupar primeiro?)

Conteúdo:

Marina Feferbaum:	É necessário a mudança de postura diante dos dados pessoais. É preciso dar importância a isso. Os dados somos nós. Deve-se ter postura ativa para proteção de dados e as pessoas precisam ser agentes nesse processo de mudança. A metodologia deve seguir esse curso, de instruir, de conscientizar, de empoderar.
--------------------------	---



<p>Laura Tresca:</p>	<p>A mudança de cultura é algo mais demorado e mais difícil, não é tão simples como ter uma legislação. É questão de atitude. Nesse processo, tanto as crianças quanto os pais devem ser orientados. Para iniciar o trabalho metodológico, entendo ser necessário listar os temas a serem trabalhados, como por exemplo, importância da titularidade dos dados, como se proteger, o que fazer ou não, e ensinar as crianças como proceder com seus dados. Pensar nos temas e em provocações práticas. Como falamos em crianças, sempre tentar associar com o lúdico e com o uso de novas tecnologias para mudar essa cultura de proteção de dados. A escola pode sim ensinar a cultura de proteção de dados, tendo o guia da escola e o guia da família.</p>
<p>Roberta Albuquerque:</p>	<p>é necessário que se tenha o diálogo entre a escola e a família para que se construa uma cultura de proteção de dados pessoais. Para isso, precisa existir o encantamento da família com a escola e isso só se alcança com a aproximação dos sujeitos. É importante envolver toda a sociedade, entendendo que escola é mais que livros, caderno e paredes, é também a construção de valores, que só é possível junto com a família.</p>
<p>Glauco Aguiar:</p>	<p>Concordando com todos os posicionamentos, acrescenta que as crianças têm tido acesso muito cedo a equipamentos e dispositivos e já foi comprovado que acesso abaixo de 5 anos é nocivo. Pontua que é muito importante saber como as coisas funcionam e se questionar sobre o porquê dos atos e hábitos que utilizam os dispositivos. Os pais, muitas vezes, não sabem dos dados científicos, o que torna difícil explicar a eles a gravidade de tudo isso. Para a grande maioria das pessoas a internet é uma caixinha preta mágica, onde se conectam e não fazem ideia de como funciona. É muito importante as pessoas procurarem saber mais sobre. Se questionarem sobre o motivo que as leva a não conseguir tomar café sem antes mexer no celular.</p>

<p>Consenso:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminação do conhecimento sobre o que é a internet e como ela funciona; • O que são dados pessoais e como eles podem ser utilizados por todos os atores sociais que utilizam a internet como ferramenta; • Mudança de postura diante dos dados pessoais na qual passa-se da passividade para uma postura ativa dos sujeitos; • Não se trata de um trabalho individualizado ou de responsabilidade única, mas com a participação de todos os atores sociais.
<p>Dissenso:</p>	<p>X</p>
<p>Pontos a aprofundar:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como provocar a postura ativa dos sujeitos na sociedade? • Como promover a compreensão sobre a importância dos atos perante as tecnologias? • Como promover o engajamento dos pais na participação da vida escolar das crianças e adolescentes?

C) Pergunta pré-formulada 02:



Pergunta: Levando em consideração que o Brasil é um país com tantas desigualdades sociais, culturais e econômicas, qual seria o primeiro passo para pôr em prática essa metodologia? (como construir? quais seriam os atores e suas respectivas responsabilidades? Quais ferramentas poderíamos utilizar?)

Conteúdo:

<p>Glauco Aguiar:</p>	<p>Quando penso em acesso à informação e de como utilizar essa ferramenta maravilhosa que é a internet, podemos diminuir as desigualdades ou aumentá-las. Precisamos ter consciência. Os pais são grandes atores e os professores também. Apesar disso, vejo uma grande dificuldade de como tudo funciona. Como atores, tanto os professores, como os pais, desconhecem muito como tudo funciona, se entendessem minimamente sobre programação, entenderiam como o algoritmo funciona, pois ele (algoritmo) pode manipular tudo.</p>
<p>Roberta Albuquerque:</p>	<p>Corroborando com a fala de Glauco, acrescenta que é necessária uma equipe de formação para gestores e professores de escolas. Educação é um processo, não é instantâneo e só irá acontecer quando estiver internalizada. Além disso, os jovens necessitam ser protagonistas no processo de aprendizagem. Usar a liderança para atuação no processo de multiplicação do conteúdo de educação. Trata-se de uma construção por várias mãos e o jovem, atuante nesse processo, é muito importante, pois trabalha como agente multiplicador.</p>
<p>Laura Tresca:</p>	<p>Para construir uma cultura de proteção de dados é necessário analisar as diferenças sociais. É preciso ter cuidado para não reproduzir as desigualdades sociais no mundo virtual também. Cultura de privacidade é importante, mas não a partir de nossas concepções. Quando falamos em uso de celular em periferia, isso é outra realidade. Estudo de Castells traz uma realidade de uso dos aparelhos sem acesso à internet. Tem-se um bom aparelho, porém não se tem dinheiro para colocar crédito. Então, é necessário pensar nessa outra perspectiva para inserir na discussão sobre metodologia a realidade do acesso que as pessoas têm a internet e tudo que circunda essa ação.</p>
<p>Marina Feferbaum:</p>	<p>Temos vários Brasis. Nesse sentido, quais os atores precisamos trabalhar? Estado promovendo a consciência nos diversos níveis de atuação, seja por meio de legislação, seja por meio de seus entes como um todo, escola com seus papel, dando valor central aos dados, professores trabalhando transversalmente em suas disciplinas e os pais e alunos alcançando o empoderamento nesse processo. Outro ator é a sociedade civil que vai pressionar, orientar, fomentar esse debate. E por fim a grande mídia, não só a especializada, mas uma grande mídia que coloca como pauta da sua agenda essa questão tão sensível. Esse debate social que se cria a longo prazo é permanente em diversas esferas devidamente e principalmente na condição do Brasil de ser um país tão desigual e diverso.</p>

<p>Consenso:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma possibilidade de ampliação das desigualdades por parte da própria tecnologia, por isso a necessidade de metodologias diferenciadas que atendam a realidade social de cada região, estado, cidade ou até bairro;
-------------------------	--



	<ul style="list-style-type: none"> • Estipulação de planos de curto, médio e longo prazo no intuito de melhor gerenciar a construção dessa cultura de proteção de dados. Tendo, inclusive, a cultura de proteção de dados como meta de longo prazo; • Necessidade de formação para professores e gestores a partir de uma construção de identidade para que o processo de ensino e aprendizagem, assim como o planejamento estruturado, resulte em uma aprendizagem significativa; • Os atores são: Pais, professores, sociedade civil, mídia e todos os demais sujeitos da sociedade. Atuação conjunta, mas com protagonismo juvenil.
Dissenso:	X
Pontos a aprofundar:	<ul style="list-style-type: none"> • Como poderia ser o treinamento dos professores para habilitá-los melhor ao processo de criação de cultura de proteção de dados? • Como investir melhor na ação dos agentes multiplicadores, qual seria a melhor estratégia para passar para eles as informações, bem como avaliar o resultado do trabalho realizado?

D) Pergunta pré-formulada 03:

Pergunta: Como identificar que o objetivo da criação da cultura de proteção de dados foi atingido com satisfação? (Quais seriam os critérios de avaliação que utilizaríamos?)

Conteúdo:

Marina Ferfebaum:	Para um Brasil diverso tem diversas métricas que precisam ser trabalhadas para uma cultura total e plena. Uma métrica possível é quando já existe um vocabulário social de inserção dessa cultura de proteção de dados. Existem selos que podem ser criados como métricas para avaliação para saber o quanto uma escola está alinhada ou não a essas exigências. E existe a importância da pesquisa empírica, olhar com rigor científico como é que está a consciência da população, fazendo perguntas desde agora para comparar a médio e longo prazo quanto os pais e a escola estão preocupados com privacidade e proteção de dados. A sociedade precisa questionar e essas perguntas podem ser feitas a vários sujeitos. Os dados importam e a sociedade precisa trabalhar, questionar sobre isso.
Glauco Aguiar:	É difícil mensurar a consciência da população para pensar quais as coisas mais graves que a não proteção de dados tem causado. No Brasil, as estatísticas são bem desconhecidas ou rasas. No entanto, temos como exemplo, o uso de redes sociais, por adolescentes, jovens e adultos que está ligado ao aumento de suicídio, aumento de pessoas que não conseguem terminar seus estudos, pois quando param na frente da tela do celular ficam ali por horas. É muito difícil de se mensurar isso, mas tem que começar. O que as redes sociais têm causado nas crianças e adolescentes? O que as redes têm feito com os jovens e crianças?
	Quando se fala em educação, há sempre o clássico das competências e habilidades aprendidas. Vale a pena voltar a essa máxima. Que se consiga ensinar as crianças a questionarem sobre o porquê de fornecer os dados, isso seria um ótimo indicativo de que as crianças estariam aprendendo



Laura Tresca:	sobre cultura de proteção de dados e privacidade. A proteção de dados como item fundamental na estrutura curricular das escolas. Hoje ensinam educação financeira e inteligência emocional, por qual motivo não ensinar proteção de dados pessoais e ter como uma das possibilidades de verificação da existência de uma cultura de proteção de dados pessoais as competências e habilidades aprendidas nesta disciplina?
----------------------	---

Consenso:	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar é dar valor; • Construir métricas a partir do planejamento feito lá no início. Qual é a meta a curto, médio e longo prazo? A construção de um vocabulário social de uma cultura de proteção de dados poderia ser uma métrica, assim como a criação de um selo de alinhamento ou não às exigências traçadas para o processo de ensino e aprendizagem sobre proteção de dados pessoais no ensino fundamental, médio e universitário; • A utilização dos índices de violência psíquica ou física geradas a partir do uso das tecnologias também poderia ser ou fazer parte da métrica.
Dissenso:	X
Pontos a aprofundar:	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é a melhor métrica para o meu contexto?

E) Pergunta do público 01 (compilamento):

Perguntas do público: Gostaria que vocês aprofundassem um pouco a respeito do equilíbrio entre aquilo que deve estar no âmbito de decisões por parte dos pais e escolas a partir de uma cultura de proteção de dados e aquilo que deve ser objeto de regulação. Em um capitalismo de vigilância, no qual as plataformas são projetadas arquitetonicamente e economicamente para utilizar dados como matéria prima, qual o limite de responsabilidade de pais e educadores? Em resumo, o que deve ser para os pais, o que deve ser regulamentado e o que fica para a escola?

Conteúdo:

Glauco Aguiar:	Não existe regulamentação de uso das redes sociais, como Youtube, por exemplo. Acredito que deve haver uma idade certa para o uso da internet, pois não fomos preparados para isso que estamos vivendo, nosso cérebro não capta tanta informação. Os pais precisam conhecer e orientar as crianças, que não têm noção dos usos e dos impactos dessas redes na vida e desenvolvimento.
Laura Tresca:	Do mesmo modo que orientamos as crianças como atravessar a rua, que devemos olhar para os lados, devemos fazer o mesmo com uso de internet. À escola cabe a orientação sobre o trânsito e aos pais a parceria nessa orientação. É preciso saber por que usamos determinadas plataformas, como as escolas tratam nossos dados, tudo isso vai além da regulamentação, tem a ver com cultura que se cria. Não existe plataforma gratuita, o preço é você.
	Uso de dados, governança, são questões complexas. Não existe a gratuidade que muitos acreditam, os nossos dados são o preço que pagamos. Trata-se de cultura, regulação. Tem a dimensão de deixar isso



Marina Ferfebaum:	para educação dos pais, mas a gente precisa olhar para isso com a responsabilidade de que sociedade queremos construir, e isso tem muito a ver com a regulamentação, qual o limite desses dados pelas empresas, como devem se portar. A empresa visa lucro, a venda de anúncios, precisamos ter muita consciência sobre isso. A gente precisa inclusive passar também pela responsabilidade da empresa criando comitês mistos, com a participação da sociedade civil, da população, do governo, essa multisetorialidade para olhar para essas questões. É um tema extremamente complexo, não podendo ficar só a cargo dos pais ou só a cargo do governo, tem que se olhar nessas várias dimensões.
Roberta Albuquerque:	O problema é de todos. Trazer questionamentos. Todo mundo precisa ser provocado como sociedade para abordar sobre o tema, encaro como uma função social para os pais, de fazer a orientação, de fazer o acompanhamento e a escola é aquele ponto de informação onde o debate surge sempre. Onde as crianças aprendem a socializar.

Consenso:	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe responsabilidades ligadas a um único lado ou setor. Óbvio que existem setores que se apegam a determinadas responsabilidades mais que outros setores sociais com a finalidade do atendimento aos seus interesses diretos. Entretanto, essa é uma construção multisetorial; • Os pais têm um papel importante no processo de educação, orientação e acompanhamento quanto ao uso da internet.
Dissenso:	X
Pontos a aprofundar:	<ul style="list-style-type: none"> • Como deve funcionar a interação entre todos os sujeitos da sociedade nessa construção? Deve-se estabelecer deveres específicos?

F) Pergunta do público 02 (compilamento):

Perguntas do Público: Ferramenta de redes digitais para uso de educação digital: Como usar o Facebook como ferramenta educacional de inclusão? Como os palestrantes têm atuado no sentido de criar essa cultura de proteção aos dados? Gostaria que a mesa falasse um pouco sobre o PL da Política Nacional de Educação Digital super recente, que coloca como dever do Estado a efetivação da educação digital.

Conteúdo:

Glauco Aguiar:	Importante que as crianças saibam como tudo isso funciona. As crianças são atores e é preciso dar informações sobre as redes sociais para os jovens. Às vezes os pais não entendem como tudo funciona porque são de outras gerações. Assim, os jovens devem ser protagonistas.
-----------------------	--



Roberta Albuquerque:	O estado de Pernambuco já vem trabalhando com os dados, ainda que timidamente. Existe formação para gestores, falando a respeito de dados sensíveis e termos de imagens. O sistema de informações do estudante, a caderneta eletrônica está entrando com uma nova versão onde já está sendo preparada a matrícula dos estudantes, onde os pais terão acesso ao termo de consentimento em relação aos dados. E o termo também está chegando aos professores. Existe o zelo com a qualidade do dado que está sendo inserido e a um zelo com a utilização. Desde as questões mais simples como proteção de senhas até as responsabilidades de quem mexe com os nossos dados no sistema. Em relação a outras ferramentas de inclusão, não propriamente as redes sociais, a gente tem o “conecta aí” que é um programa que trouxe a internet para todo o estado. Esse programa ele vem especificamente com links que são voltados para as aulas, apenas para informações educacionais, da aula que o professor irá ministrar e o material necessário ao estudante, sem permitir conexão com rede social e exposição deles como usuários desse programa.
Laura Tresca:	Não conheço o texto da PL. mas o detalhe que vai fazer a diferença entre ser uma lei que faz o balanço adequado entre direitos, ou não, está nos detalhes. Às vezes um PL nasce com uma ideia muito boa e acaba se perdendo na tramitação, mas, de qualquer forma, parece ser uma excelente ideia pautar a educação aberta e a proteção da privacidade no ambiente digital.
Marina Ferfebaum:	Olhar para o espaço da internet não como um ambiente neutro. Não existe neutralidade. A internet é perigosa porque os dados postos ficam permanentes. O Nic.br tem feito um trabalho incrível sobre uma educação de uso responsável. A transformação desse espaço se dá através da educação social. Treinando as bolhas. Fala-se cada vez mais com pessoas iguais a nós, que diversidade é essa? É cheia de vieses que não queremos reproduzir. Há Fake News e manipulação, precisamos olhar esse espaço como sendo perigoso. É necessário o tempo para ter maturidade na internet, para aprender e a educação vir.
Alice Lana:	Há um protagonismo dos jovens. Não é função de um só. Todos têm papel fundamental. Nesse processo, é importante usar a linguagem dos jovens, gamificação para atingir o grupo de jovens, e, assim, discutir os pontos que são problemas para eles.

Consenso:	<ul style="list-style-type: none"> • É importante e necessária a atuação do Estado a partir de projetos de lei ou de políticas públicas que caminhem para uma educação digital efetiva; • Não é responsabilidade única dos atores mencionados (pais, escolas, est) Tem que existir o protagonismo juvenil.
Dissenso:	X
Pontos a aprofundar:	<ul style="list-style-type: none"> • Como tornar a criança e o adolescente protagonistas no processo de criação de uma cultura de proteção de dados?